

**OFICINA PEDAGÓGICA “EDUCAÇÃO GEOGRÁFICA E COOPERAÇÃO”:
EXPERIÊNCIAS EM ESTÁGIO SUPERVISIONADO EM GEOGRAFIA**

**PEDAGOGICAL OFFICE "GEOGRAPHIC EDUCATION AND COOPERATION":
EXPERIENCES IN SUPERVISIONED STAGE IN GEOGRAPHY**

Crislane Palma da Silva Rosa.
Licenciada em Geografia pela UFBA.
crislanepsr@gmail.com

Eduardo Oliveira Miranda
Licenciado em Geografia pela Universidade Estadual de Feira de Santana - UEFS.
Doutorando em Educação na Universidade Federal da Bahia. Mestre em Desenho, Cultura e
Interatividade - UEFS.
eduardomiranda48@gmail.com

Resumo

O presente artigo traz um Relato de Experiência suscitado a partir da oficina pedagógica “Educação Geográfica e Cooperação”, a qual teve a sua origem no componente curricular Estágio Supervisionado em Geografia III na licenciatura em Geografia da Universidade Federal da Bahia, precisamente em 2017. Abarcar a categoria Cooperação teve o arcabouço teórico do livro Modos de Brincar: Caderno de Saberes, Fazeres e Atividades da coleção Kit A Cor da Cultura (2010). O incentivo à cooperação entre as pessoas pode ser um importante ponto de partida para a organização social. Nesse interim, a oficina teve como plano de fundo este conceito, mas que busca interagir com temas não comumente trabalhados nesta ciência, como a negritude e o racismo, a fim de se construir um debate prolífero e significativo no processo de construção da identidade docente, uma vez que nos depararemos com uma vasta diversidade no cotidiano das salas de aula. A metodologia da escrita deste relato está pautada nas Narrativas Autobiográficas.

Palavras-chave: Educação Geográfica; Cooperação; Estágio Supervisionado.

Abstract: This article presents an Experiential Report from the pedagogical workshop "Geographical Education and Cooperation", which originated in the curricular component Supervised in Geography III in the degree in Geography of the Federal University of Bahia, precisely in 2017. Covering the category of Cooperation has the theoretical framework of the book Modes of Play: Notebook of Knowledge, Doings and Activities of the Kit The Color of Culture (2010). Encouraging cooperation among people can be an important starting point for social organization. In the meantime, the workshop had as its background this concept, but that seeks to interact with themes not commonly worked in this science, such as blackness and racism, in order to build a prolific and meaningful debate in the process of constructing the teaching identity, Since we will be faced with a wide diversity in the daily life of classrooms. The methodology of the writing of this report is based on the Autobiographical Narratives.

Keywords: Geographic Education; Cooperation; Supervised internship

Introdução

O desenvolvimento da sociedade nos últimos séculos foi acompanhado pelo processo contraditório de fragmentação social que se deu, e ainda se dá, no bojo da formação de grandes aglomerados populacionais, que foram se constituindo a partir da industrialização. Tal fragmentação serve às intenções do próprio modo de produção capitalista, que, para além do sistema econômico, se impõe também nas relações sociais como um todo, criando novas formas de transformar o espaço desde a sua origem. Tais questões remetem à perversidade da globalização, como aponta Milton Santos (2004, p. 20):

A perversidade sistêmica que está na raiz dessa evolução negativa da humanidade tem relação com a adesão desenfreada aos comportamentos competitivos que atualmente caracterizam as ações hegemônicas. Todas essas mazelas são direta ou indiretamente imputáveis ao presente processo de globalização.

Com vistas a estes processos, é possível notarmos, sem muito esforço, que o contato, a partilha e outros valores, antes considerados quase necessários à sobrevivência humana, passam a ser substituídos pelo individualismo, o egoísmo, a competitividade, e ao próprio afastamento das pessoas. Neste caso, estamos longe de considerar valores cristãos como sendo fundamentais para a manutenção da ordem social, o que se questiona é a forma como tudo isso incide sobre a desarticulação dos grupos e agrega forças a esse sistema, que se nutre, justamente, desta grande dificuldade da sociedade em se organizar em grupos a fim de transformá-la.

Nesse contexto, é importante pensarmos, mais uma vez, em como a Educação pode ser um caminho interessante de construção política. Educação esta, que deve assumir postura crítica diante do que se vive, a fim de desenvolver coletivamente a capacidade de criar retratos da sociedade que se aproximem ao máximo da realidade, ao invés de reafirmar todo o discurso hegemônico que nos mantém nos lugares subalternos e, muitas vezes, sem sequer conhecer e reconhecer quais são, finalmente, os nossos direitos num mundo onde só nos ditam deveres.

Diante do exposto, reconhecemos que desenvolver atividades que envolvam a ideia da cooperação se torna muito mais do que um valor, mas um compromisso político para com a educação e a sociedade, tendo em vista que, a partir desse conceito, que parece muito pequeno, é possível que desenvolvamos uma organização social capaz de operar nos seus

espaços no sentido de transformá-los, ou, minimamente, denunciá-los, tornando-os espaços de relações políticas, de identidades culturais, de diversidade.

Cooperar, segundo o dicionário Priberam¹, significa “1. Prestar cooperação. 2. Operar simultânea ou coletivamente; colaborar.”, mas para torná-la algo prático, precisamos atuar, inicialmente, nos olhares, escutas e comunicação entre as pessoas. Nessa perspectiva, recebemos a proposta para a estruturação de oficinas pedagógicas com diversos temas, a serem trabalhadas numa turma de Estágio Supervisionado III no curso de Licenciatura em Geografia da UFBA. O desenvolvimento deste trabalho tenha sido pensado a partir do conceito de cooperação, um dos capítulos do livro “Modos de Brincar: Caderno de Saberes, Fazeres e Atividades” (2010), da coleção Kit A Cor da Cultura.

Pensar a partir da temática Cooperação nos tensionou a refletir de que forma a Educação Geográfica pode visualizar a escola como “um espaço adequado à convivência igualitária” (CAVALLEIRO, 2000, p. 9-10). Por esse viés, decidimos criar uma oficina que oportunizasse, aos envolvidos no componente curricular, potencializar a inserção das questões raciais nas discussões geográficas. Sobre oficinas pedagógica Cuberes *apud* Vieira e Volquind (2002, p. 11), conceitua como sendo “um tempo e um espaço para aprendizagem; um processo ativo de transformação recíproca entre sujeito e objeto; um caminho com alternativas, com equilíbrios que nos aproximam progressivamente do objeto a conhecer”.

Sendo assim, apresentaremos a seguir como se deu a construção teórica e prática da oficina “Educação Geográfica e Cooperação”. Ainda no campo dessa experiência, podemos compreender a relevância do estágio na construção da nossa identidade docente, como elucida Buriolla (2001, p.13):

O estágio é o lócus onde a identidade profissional é gerada, construída e referida; volta-se para o desenvolvimento de uma ação vivenciada, reflexiva e crítica e, por isso, deve ser planejado gradativa e sistematicamente com essa finalidade.

Neste sentido, buscamos responder no presente artigo a seguinte problemática: *De que forma a oficina “Educação Geográfica e Cooperação” realizada no Estágio Supervisionado em Geografia III da Universidade Federal da Bahia oportunizou a inserção de valores de cooperação nas identidades dos discentes?*

¹ Disponível em: <https://www.priberam.pt/dlpo/cooperar>

Traçar as linhas dessa produção textual seguiu os direcionamentos metodológicos das narrativas autobiográficas pelo fato de permitir colocar “no centro da formação a pessoa que se forma, propiciando-lhe um espaço-tempo de ‘reflexão-ação-reflexão’ sobre as experiências vividas e a viver, na escola e fora dela, [...], para a sua formação existencial e profissional” (PASSEGI, 2015, p. 11). Destarte, trilhamos uma pesquisa qualitativa, mas como lastro científico as memórias e experiências formativas.

Aprofundando nossos históricos: sobre Educação, Desigualdade e Resistência

Para falar sobre a educação no Brasil é necessário ter em vista que a desigualdade social é um dos seus marcadores. Sabemos que o acesso à educação é bastante dificultado para a parcela menos favorecida da população, que é maioria, ainda que nos últimos anos tenhamos presenciado o aumento do número de escolas e cursos de licenciatura no país, porém, o aumento no número não significa, necessariamente, ampliação na qualidade do ensino. Logo, ainda que tenha crescido, significativamente, o número de pessoas alfabetizadas e com o ensino médio completo, não podemos afirmar que houve melhorias quanto à educação libertadora dessas pessoas.

Sabemos, também, que essa maior parcela da população, que é pobre, em sua maioria negra, e isso pode ser explicado ao analisarmos o nosso processo histórico desde a escravidão do povo africano no país, passando pela Lei de Terras de 1850 e Abolição em 1888, chegando, finalmente, nas nossas atuais periferias, sede de força de trabalho barato para as indústrias, comércio e, ainda, para a classe média e alta, “necessitada” de tais serviços, quase análogos aos tempos da escravidão. Silva (2009, p.12) coloca que:

O racismo moderno origina-se de condições objetivas existentes na transição do feudalismo ao capitalismo, expressando-se idealmente como falsificação do real, quando filósofos e cientistas buscaram dividir “cientificamente” a sociedade em raças, considerando também seu grau de hierarquização, influenciados pelas disputas travadas no interior da burguesia inglesa pela conservação ou não do Tráfico de Escravos e da Instituição Escravidão.

Junto a este fato, não podemos deixar de enfatizar, porque os termos não podem ser esquecidos, que o racismo continua presente em todos os momentos, e que o processo de afirmação do povo negro nos espaços que, até pouco tempo, não lhes eram permitidos, não é algo simples, ou que passa despercebida. Ao contrário, é marcado por conflitos de diversos

níveis, passando, inclusive, pela violência, seja ela física ou psicológica. Sendo a escola uma das territorialidades que legitima a segregação racial, como elucida Silva (2004, p. 78):

Os estereótipos de subordinação estão presentes nas qualidades atribuídas ao negro como se fossem traços positivos de personalidade. Contudo, nem é preciso um olhar mais atento para verificarmos a discriminação no espaço escolar, nos insultos, no isolamento, na falta de solidariedade e coleguismo dos alunos de pele clara, para com seus colegas negros.

Ao expormos que o crescimento no número de escolas e universidades não foi suficiente para garantir qualidade destas instâncias, não podemos negar que, em contrapartida, tivemos nos últimos anos, um avanço significativo no debate acerca dos direitos da população negra, e algumas conquistas, alcançadas por meio de muitas lutas, a exemplo da Lei de Cotas para Ensino Superior, nº 12.711/2012, que abarca o reconhecimento da exclusão histórica da população negra do desenvolvimento econômico do país. A partir desta lei, muitas pessoas que antes nem reconheciam que universidades como a UFBA, localizada em Salvador, que em 2012, possuía quase 80% da sua população autodeclarada preta ou parda, poderia ser seu espaço de atuação e construção intelectual. Muitas delas não sabiam nem mesmo da possibilidade de serem intelectuais, uma vez que este lugar lhe foi, assim como tantos outros, historicamente negado:

Sempre existiu a ilusória tentativa de demonstrar que o negro, assim como o índio, teria sido predestinado, originária e fisiologicamente, ao trabalho e apenas ao trabalho. Seria, biológica e congenitamente inferior, não tendo condições, portanto, para conquistar conhecimentos nem ganhar a representação política (SILVA, 2009, p. 99).

A promulgação da Lei 10.639/03 que insere na LDB a obrigatoriedade do ensino de História e Cultura Africanas e Afro-brasileiras, que, embora não seja também suficiente para garantir a efetivação da lei e, ainda, o ensino adequado do tema sem que haja uma folclorização dos costumes. É necessário reconhecer o seu significado para o país, uma vez que os livros didáticos tinham como marcas da história da África as imagens dos negros dentro dos navios negreiros, ou sendo chicoteados pelos seus senhores. Vale ressaltar que a dificuldade dos professores em trabalhar temas relacionados à África nas escolas básicas não está isolada do que se constrói nas Universidades, que, até pouco tempo, não tinha nenhum espaço para tal debate, havendo, ainda hoje, grandes limitações para a sua permanência.

A partir dessa perspectiva, o encadeamento da disciplina de Estágio Supervisionado em Geografia III esteve bastante voltada para essa discussão, uma vez que as turmas, mesmo

estando no final do curso, são bastante carentes de tal debate, havendo consenso entre professor e estudantes quanto à importância de iniciarmos as aulas a partir de textos que trazem essa concepção, ainda que, no seu decorrer, vários outros temas surgissem e demonstrassem importância tão grande quanto, como é o caso das questões de gênero, visto que os educandos:

[...] possuem identidades distintas, sejam de raça, de gênero, de classe ou de procedência. Essas diferenças precisam ser acolhidas e trabalhadas nos espaços educativos e nas políticas a elas direcionadas, uma vez que o princípio da democracia é fundante nas políticas educacionais brasileiras (SANTOS, 2010, p. 68).

Com isso, a escolha das etapas da oficina se deu a partir da articulação de discussões em sala, muitas daquelas que não atingiram um ápice, sendo apenas introduzidas. Porém, consideramos os debates de extrema importância para a formação de profissionais de Educação que, certamente, vão se deparar com salas de aula bastante diversificadas, tanto nas questões étnicas, quanto nas de gênero e sexualidade. Sendo assim, a proposta tentou possibilitar à turma um novo contato com os temas, mas, agora, em outro formato, com outras exigências e com outros olhares, tendo como plano de fundo, o conceito de cooperação, que parte também da construção coletiva de espaços tão hostis como a universidade.

A Oficina “Educação Geográfica e Cooperação”: propostas e produtos

A formulação da oficina, conforme já exposto, partiu de temas extraídos do livro “Modos de Brincar”, mais especificamente do texto intitulado “Gestão Escolar no Âmbito da Educação Infantil: Enfrentando a Discriminação Racial”, de Martha Alencar dos Santos (2010). Conforme o próprio título denota, é um texto voltado para a educação infantil que precisou ser pensado como ponto de partida para uma oficina na turma de graduação, mas que tem como ponto comum, os temas “Educação” e “Discriminação Racial”, tornando-se de grande relevância para a proposta da disciplina, já que acreditamos em um fazer geográfico que abarque o cotidiano dos educandos, onde o,

[...] encontro/confronto da Geografia cotidiana, na dimensão do espaço vivido pelos alunos, com a dimensão da Geografia científica, [...] que pressupõe a formação de certos conceitos científicos, que se tem a possibilidade de reelaboração e maior compreensão do vivido. [...], implica ter como dimensão do conhecimento geográfico o espaço vivido, ou a

Geografia vivenciada cotidianamente na prática social dos alunos (CAVALCANTI, 2005, p. 198).

Nesse bojo, Martha Alencar dos Santos (2010) apresenta a importância do enfrentamento das desigualdades raciais no Brasil, explicando como o Estado, historicamente, voltou sua atenção para as crianças negras, desde a Lei do Ventre Livre, até a criação das creches, que, segundo ela, são “locais de ‘adestramento’ para o uso da liberdade” (p. 66). Na atualidade a funcionalidade das creches abarca as necessidades de muitas mulheres nos espaços urbanos, sobretudo, para as mulheres da classe trabalhadora, que precisam deixar filhos e filhas sob algum cuidado para garantir o seu sustento. Mas, é importante entender como este serviço não está dissociado da política “higienista”, que tinha como intenção domesticar os filhos e filhas de mães negras, sob a sua lógica completamente eurocêntrica, e ainda, prevenir o crime e o abandono, como justificavam os católicos e liberais. Sobre o processo de higienização recorreremos ao geógrafo Miranda (2014, p. 136):

[...] processo higienista desencadeado desde o período pós abolicionista, onde se almejavam expurgar da paisagem urbana quaisquer resquícios socioculturais que remetesse ao período colonial. Imbuídos no rompimento com as ideologias e as condições econômicas e sociais herdadas da formação organizacional da antiga Colônia portuguesa, estavam os negros e todo o seu legado histórico-cultural. Proposta intensificada a partir da abolição da escravidão culminando em um projeto político de segregação territorial, sobretudo os descendentes das etnias africanas e afrobrasileiras.

Em seguida, a autora expande a discussão para a questão da diversidade presente nos espaços de educação infantil, sobretudo a diversidade racial, ressaltando a necessidade de darmos atenção a este ponto, sugerindo que haja a implementação do princípio da diversidade racial na gestão das escolas, como um ato de resistência dentro do processo de invisibilização e naturalização do racismo no cotidiano escolar. É nítido que o tratamento de crianças e adolescentes negros e negras é diferente do que ocorre com crianças brancas, mas não é só diferente, é desigual (CAVALLEIRO, 2000). E tendo a educação como ponto de partida, é inegável que esta postura se perpetua por todas as outras etapas educacionais, chegando, inclusive, às universidades, as quais não acreditam e não conseguem “conceber que há uma epistemologia africano-brasileira legítima pulsando suas territorialidades negras, [...], e que contemporaneamente entra na universidade através de gerações de afrodescendentes” (LUZ, 2013, p. 176).

O histórico percorrido acima marcou o segundo momento da oficina, de forma breve e direta, junto à apresentação do tema. O momento que o antecedeu, ocorreu a formação de uma roda com os estudantes e o professor da disciplina, a introdução do disco “Cinco Sentidos”² e um alongamento físico, para que todos relaxassem, e, de algum modo, interagissem por olhares. Daí sentaram, e foi pausada a música e iniciada a etapa supracitada.

Em seguida, iniciamos a “Dinâmica das Palavras”, e a primeira sugestão dada foi de que formassem duplas, e como a turma possuía doze pessoas, facilitou a atividade. A pessoa escolhida deveria ser aquela com quem se tem menor intimidade, e com as duplas formadas, eles deveriam discutir, em dois minutos, a palavra “resistência”. Enquanto discutiam, o Disco Padê (2008)³ tocava e, ao pausar a música, a dupla precisava ser alterada. Encontraram novos pares e, também em dois minutos, discutia a palavra “negritude”, em seguida, com outra dupla e no mesmo tempo, a palavra “organização”. A partir desse momento, precisavam formar trios, e discutiram em três minutos a palavra “racismo”, e com outro trio, a palavra “identidade”.

Ultrapassando o trio, seria necessário agora formar grupos de quatro pessoas, tendo três minutos para discutir a palavra “machismo”. Em seguida, alterando os grupos de quatro, discutiram a palavra “feminismo”. A proposta seguinte era que a turma se dividisse em duas equipes de seis pessoas, para, em quatro minutos, discutir “empoderamento”. E, cumprindo esta etapa, formamos uma única roda para discutir “cooperação”, que era o ponto ao qual queríamos chegar com a etapa da oficina, e falar um pouco mais sobre as impressões do debate.

Como produto desta etapa, além da discussão riquíssima, teve a construção de dois cartazes, nos quais deveriam formar, conjuntamente, uma frase que, de alguma forma, dialogasse com os termos: emponderamento, machismo, feminismo, organização, negritude, racismo, resistência e identidade. Então, apresentamos (Fig. 1):

² Composição de Mateus Aleluia (2010).

³ Juçara Marçal e Kiko Dinucci - Padê (2008).

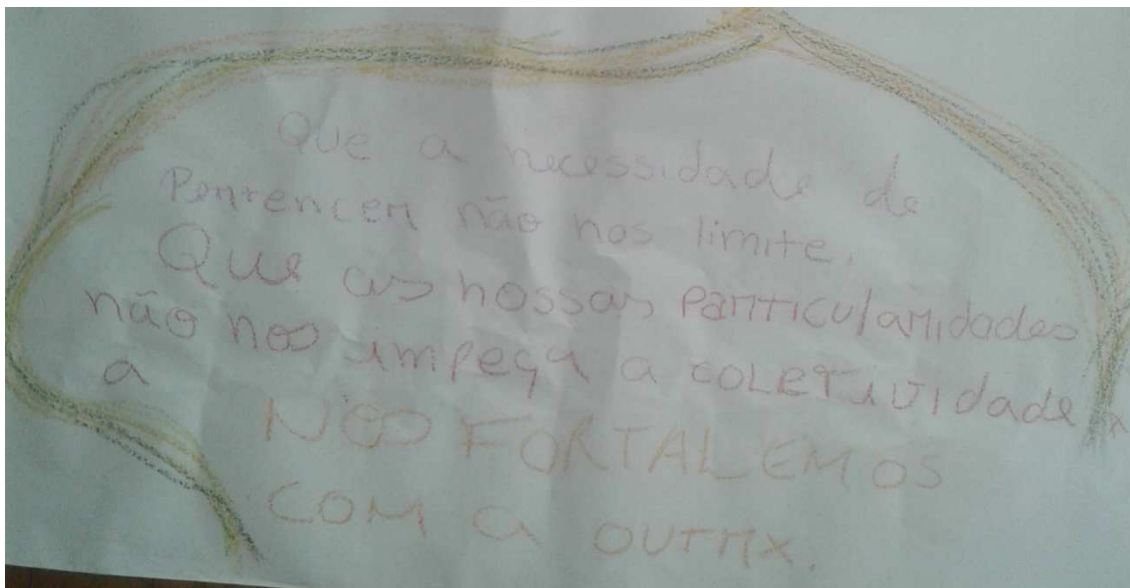


Figura 1 – Cartaz do Grupo 1. Fonte: Oficina pedagógica “Educação Geográfica e Cooperação”, 2017.

O primeiro grupo elaborou um cartaz com a seguinte mensagem: “Que a necessidade de pertencer não nos limite, que as nossas particularidades não nos impeça a coletividade. Nos fortalecemos com o outrx”. Verificamos o desejo, pelo menos o que foi exposto no cartaz, de criar vínculos coletivos. Mas, que também não são descartadas as vontades individuais. Contudo, o particular não pode inviabilizar a alteridade do outro. Outra questão que chamou a atenção se refere a grafia do “outrx” com um X⁴ no final. Ao serem questionados, explicaram que tal escrita tem a função de chamar a atenção para as temáticas direcionadas à diversidade de gênero que compõem a sociedade e que também estavam presentes naquele instante.

⁴ Sobre a questão da utilização do X, indicamos os estudos da Teoria Queer (BUTLER, 2009).

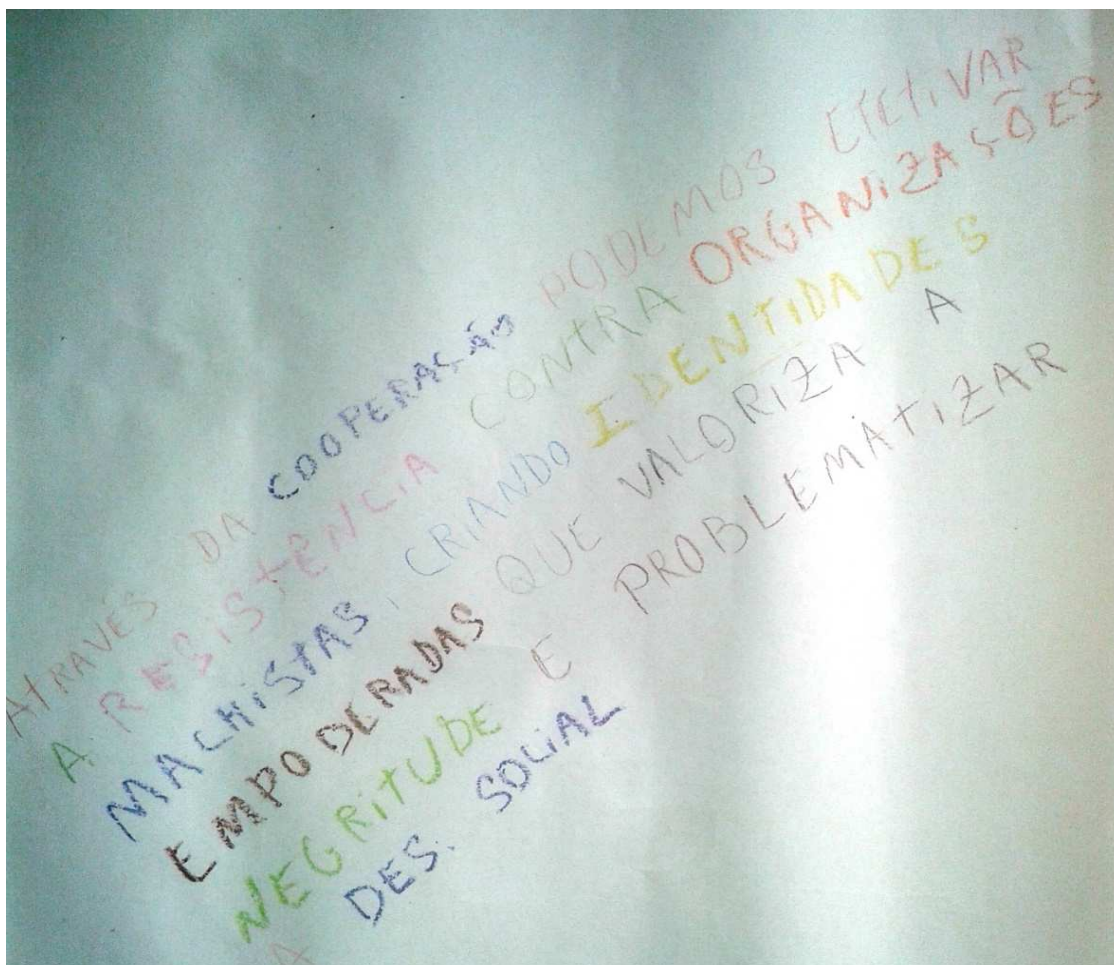


Figura 2 – Cartaz do Grupo 2. Fonte: Oficina pedagógica “Educação Geográfica e Cooperação”, 2017.

Acerca da elaboração da elaboração do cartaz, o Grupo 2 apresentou: “Através da cooperação podemos efetivar a resistência contra organizações machistas, criando identidades empoderadas que valorizam a negritude e problematiza a desigualdade social”. Assim como na Figura 1 visualizamos o discurso que intenta trabalhar com a coletividade para tensionar padrões sociais responsáveis por desperdiçar experiências e intensificar as desigualdades sociais.

Concluindo este terceiro momento, recomendamos que os estudantes se dividissem em dois grupos, se sentassem juntos, em lados diferentes da sala, para que produzissem uma história curta, que contassem desde a saída do povo africano do seu continente até a sua chegada no Brasil, alcançando os dias atuais. Porém, era necessário que eles utilizassem

palavras de origem Banto⁵ que, embora estejam frequentemente em nosso vocabulário, nem sempre identificamos sua origem. E pensar a nossa língua é entendê-la como imposição feita durante o processo de colonização do país, mas esquecemos que, também na língua, existem resistências.

Para isso, os estudantes receberam um papel com cerca de trinta palavras que poderiam auxiliá-los na escrita, como Tanga, Marimbondo, Quitanda, Fubá, Muxoxo, Marimbondo, Tanga, Quitanda, Fubá, Farofa, Jiló, Minhoca, Bobó, Canjica, Bunda, Cochilo, Munguzá, Dendê, Miçanga, Quiabo, Moleque, Mocotó, Mocambo, Gingar, Xingar, Batuque, Samba, Curinga, Umbanda, Quimbanda, Dengue, Muxiba, Catinga, Maxixe, Capanga. Em uma cartolina, deveriam escrever a história pronta e, logo após, ler para toda a turma. Os resultados também foram bastante interessantes e distintos, embora tivessem recebido as mesmas palavras:

Saí dando *muxoxo*, deu vontade de *xingar*. Mandaram os *capangas* interromper meu *samba*. Tive que *gingar* nas manhas no terreiro de *Umbanda* para espantar os *capangas* (Criação do Grupo 1. Fonte: Oficina pedagógica “Educação Geográfica e Cooperação”, 2017).

Saí de lá *molequemuxoxo* e sem vontade de *gingar*. No meu corpo só uma *tanga* e comia *farofa*, *munguzá*. Meu *batuque* virou *samba* que vem de *quimbanda*, dançando *maxixe* no *mocambo*, voltou a *gingar* (Criação do Grupo 2. Fonte: Oficina pedagógica “Educação Geográfica e Cooperação”, 2017).

A criação das frases acima foram interessantes para um grupo de futuros educadores e educadoras em Educação Geográfica, pois permitiu que os mesmos tivessem acesso a palavras que fazem parte do nosso cotidiano, mas que não sabemos a origem. Com isso, evidencia-se que muitos espaços geográficos são nomeados com termo de origem Bantu e a partir destas territorialidades existe a possibilidade associar o ensino de geografia com a Lei 10.639/03.

A finalização da oficina aconteceu com muitos sorrisos da turma, o que também perfilou todo o processo criativo dos envolvidos, e a leitura do trecho de uma música “Boa

⁵ De acordo com o professor Soares (2008, p. 175), os Bantos são “todos os afrodescendentes que foi trazido como escravo para o Brasil proveniente do grupo lingüístico que se estende pela Nigéria, Angola, Camarão e Congo com aproximadamente dois terços da África Negra de mesmo nome. Sua influência cultural estendesse por todo país principalmente na Bahia, Pernambuco, Maranhão e Rio de Janeiro”.

Esperança”⁶ de Emicida (2015), que faz referência a diversos pontos que nós, enquanto estudantes, professores e pessoas atuantes e transformantes da sociedade, precisamos tomar consciência.

Considerações finais

A oficina “Educação Geográfica e Cooperação” se apresentou como um espaço de aprendizagens, pois os estudantes se envolveram nas atividades, discutiram, e demonstraram contentamentos com os resultados, principalmente, no momento relacionado à dinâmica das palavras. Tal proposta inquietou, provocou alguns desconfortos, para estudantes que resistem em compreender a importância de movimentos como o Feminismo. Mas ainda assim, houve participação integral, nos mostrando como este formato pode ser facilmente adequado à Educação Básica.

Não necessariamente uma oficina precisa seguir toda a sequência proposta num “manual”, mesmo porque, acreditamos que uma educação que faça sentido para os estudantes é aquela que tenta, ao máximo, dialogar com o seu contexto. Por isso, os estudantes discutiriam mais sobre os temas levantados, sobretudo, porque algumas discussões já perfilavam os movimentos das nossas aulas, mas o diálogo efervescia sendo transposto para o encontro seguinte. Nesse formato de oficinas, algumas vezes, antes tímidas, passaram a se posicionar, expor as suas experiências, seus conhecimentos, compartilhar com a turma.

Sobre a primeira etapa, vale-nos ressaltar o significado da roda pra uma atividade como esta. O formato de roda, para a tradição afro-brasileira, é de fundamental importância, pois acredita-se que é nesse formato que o conhecimento e as energias são passadas, sem que haja a sua perda, pois eles se mantem dentro do círculo. E, além disso, numa roda é possível que todas as pessoas se vejam, o que se opõe ao formato convencional de sala de aula, onde os estudantes sentam de costas um para o outro, não podendo se olhar, conversar, trocar, e se comunicar de nenhuma outra forma, além de apresentar o professor ou professora como uma

⁶Por mais que você corra, irmão, / Pra sua guerra, vão nem se lixar/ Esse é o xis da questão/ Já viu ‘eles chorar’ pela cor do orixá?/ E ‘os camburão’, o que são?/ Negreiros a re-trafficar/ Favela ainda é senzala, Jão! /Bomba relógio prestes a estourar. / O tempero do mar foi lágrima de preto/ Papo reto, como esqueletos de outro dialeto / Só desafeto, vida de inseto, imundo / Indenização? Fama de vagabundo! Nação sem teto, Angola, Keto, Congo, Soweto/ A cor de Eto’o, maioria nos gueto/ Monstro sequestro, capta-tês, rapta/ Violência se adapta, um dia ela volta ‘pu cêis’/ Tipo campos de concentração, prantos em vão/ Quis vida digna, estigma, indignação/ O trabalho liberta (ou não) / Com essa frase quase que os ‘nazi’, varre os judeu – extinção.

figura central, superior, que fica a frente e a cima de todos, por ser detentor(a) do conhecimento. A roda vai de encontro a isso, e não é apenas um ritual, é um saber ancestral que muito nos ensina a desenvolver as nossas lutas.

Outro ponto a se justificar, é quanto à segunda etapa, onde a dinâmica se inicia em duplas, passando por trio, grupos de quatro, de seis e, finalmente, um grupo com todos os componentes. A lógica aqui é partir de uma micro para a macro escala. E isso reflete todas as nossas ações, a nossa cooperação, a nossa organização. O que é feito a nível micro, tende a se reproduzir a nível macro, e vice versa, uma vez que todos os sistemas se conectam e se interferem de alguma forma. Pensar num debate que parte de duas pessoas e chega a doze, e poderia ser a vinte pessoas, é de grande interesse, inclusive para nós, estudantes de Geografia. Além disso, iniciar um contato entre duas pessoas que não se conhecem profundamente, propicia a estas um contato mais próximo, gerando, nos momentos seguintes, mais interação na turma.

Podemos considerar, com isso, que os objetivos iniciais da oficina foram alcançados, e que, ao que pudemos observar, não foi uma atividade que passou despercebida, mas que gerou inquietações na turma que, certamente, aprendeu algo. Deste modo, podemos dizer que a cooperação se deu muito além da explicação do conceito, chegou à prática da construção de um debate significativo.

É importante, contudo, que esta prática ultrapasse os muros das escolas e das universidades para que possamos, efetivamente, leva-los a escala macro e gerar algum nível de transformação social que vá além dos indivíduos. Para isso, a organização é mais do que necessária, é um pilar de construção, motivação, desenvolvimento. Entender como as mudanças ocorreram por dentro da população negra no país, desde os quilombos, as revoltas, a capoeira, a música como o RAP (que até hoje incomodam os ouvidos dos nossos opressores pela sua força), as devoções aos orixás, ao Movimento Negro, é um dos direcionamentos que podemos tomar a fim de não deixar que a resistência perca as forças.

Enxergar como a estrutura da sociedade permanece com padrões não muito distintos do pré-Abolição, no que diz respeito a papéis sociais, é fundamental para que não esperemos que nenhuma decisão seja tomada por meio de hierarquias, mas que busquemos outras formas de conquistar os nossos objetivos, que devem ser bem traçados, para uma mudança efetiva na sociedade.

Por fim, em meio a todo o debate acerca do empoderamento da população negra, é importante entender que as mudanças nos padrões de consumo, do visual estético, do

reconhecimento de cor e cabelo, embora sejam de grande importância nos passos à nossa libertação, não altera efetivamente a posição destas pessoas, e sim a sua condição social. E entendemos ainda, que o empoderamento envolve a tomada de consciência da situação, a mobilização, organização e transformação, e ainda que estas etapas não precisem estar necessariamente nesta sequência, precisam existir, e para que ocorram, não podem ser individuais, devem ser coletivas.

No entanto, o que percebemos sobre o empoderamento atualmente, ainda é bastante voltado para um conceito de cunho liberal, que envolve toda a indústria já formada para atender as necessidades destas pessoas (que vão desde produtos de pele e cabelo às roupas específicas), e que serve muito mais ao capitalismo do que propriamente ao empoderamento, que, segundo Neusa Santos (1983), é a possibilidade construir um discurso sobre si mesmo. É notório que o discurso do empoderamento é mais uma compra e venda de conceito pelo modo de produção capitalista que gera, inclusive, toda uma confusão acerca dos conceitos de poder. Nós, população negra, e, sobretudo, mulheres, não conseguiríamos nos empoderar no bojo de uma sociedade capitalista, racista, patriarcal, uma vez que todo discurso que se constrói sobre nós ainda é, majoritariamente, desenvolvido por homens brancos. Contudo, nós, desempoderados e desempoderadas, deveríamos nos organizar, e a cooperação pode ser, sem dúvidas, um dos elementos deste nosso processo.

Referências

BURIOLLA, Marta Alice Feiten. O estágio supervisionado. 3 ed. São Paulo: Cortez, 2001.

CAVALCANTI, Lana de Souza. Cotidiano, mediação pedagógica e formação de conceitos: uma contribuição de Vygotsky ao ensino de Geografia. Campinas, Cad. Cedes, n. 66, vol. 25, mai/ago, 2005. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ccedes/v25n66/a04v2566.pdf>> Acesso em: 22 abril 2017.

CAVALLEIRO, Eliane. Do silêncio do lar ao silêncio escolar: racismo, preconceito e discriminação na educação infantil. São Paulo: Contexto, 2000.

LUZ, Narcimária Correia do Patrocínio. É preciso africanizar a universidade. In: [MENEZES, J. M. F.](#); SANTANA, E. C. ; AQUINO, M. S. . Educação, região e territórios - formas de inclusão e exclusão. 1. ed. Salvador: Edufba, 2013. v. 1. P. 173-199.

MIRANDA, Eduardo O. "O negro do Pomba quando sai da Rua Nova, ele traz na cinta uma cobra coral": os desenhos dos corpos-territórios evidenciados pelo Afoxé Pomba de Malê.

2014. 180 f. Dissertação (Mestrado Acadêmico em Desenho Cultura e Interatividade)- Universidade Estadual de Feira de Santana, Feira de Santana, 2014. Disponível em: <<http://tede2.uefs.br:8080/bitstream/tede/97/2/Disserta%C3%A7%C3%A3o%20de%20Eduardo%20Miranda.pdf>> Acesso em: 30 junho 2017.

PASSEGGI, Maria da Conceição. Educação geográfica: por uma autopeioese do espaço (Prefácio). In: PORTUGAL, Jussara Fraga. CHAIGAR, Vânia Alves Martins (Organizadoras). Educação geográfica: memórias, histórias de vida e narrativas docentes. Salvador: EDUFBA, 2015, p. 9-15.

PIMENTA, Selma Garrido. LIMA, Maria Socorro L. Estágio e Docência. Cortez, 2004.

SANTOS, Marta Alencar dos. Gestão Escolar no Âmbito da Educação Infantil: Enfrentando a Discriminação Racial. In: Modos de brincar: caderno de atividades, saberes e fazeres / [organização Ana Paula Brandão, Azoilda Loretto da Trindade]. - Rio de Janeiro: Fundação Roberto Marinho, 2010. Disponível em: <<http://www.acordacultura.org.br/sites/default/files/kit/MODOSBRINCAR-WEB-CORRIGIDA.pdf>> Acesso em: 12 maio 2017.

SANTOS, Milton. Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal. 11. ed. Rio de Janeiro, RJ: Record, 2004.

SILVA, Ana Célia da. A discriminação do negro no livro didático. 2ª Salvador: EDUFBA, 2004.

SILVA, Martiniano J. Racismo à Brasileira: raízes históricas: um novo nível de reflexão sobre a história social do Brasil / Martiniano J. Silva; [prefácio de Alex Ratts]. 4. ed. rev., ampl. e atualizada, - São Paulo : Anita Garibaldi, 2009.

VIEIRA, Elaine; VOLQUIND, Lea. Oficinas de ensino: O quê? Por quê? Como? 4. ed. Porto Alegre: Edipucrs, 2002.

SOARES, Emanuel Luís Roque. As vinte e uma faces de Exu na filosofia afrodescendente da educação: imagens, discursos e narrativas. 2008. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2008.

Links Consultados:

Dicionário Priberam. Disponível em: <<https://www.priberam.pt/dlpo/coopera%C3%A7%C3%A3o>>. Acesso em: 05 abril 2017.

Lei de Cotas. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/cotas/perguntas-frequentes.html>>. Acesso em: 05 abril 2017.

População Negra em Salvador. Disponível em: <<http://g1.globo.com/bahia/noticia/2011/11/salvador-e-capital-mais-negra-do-pais-aponta-ibge.html>>. Acesso em: 05 abril 2017.

Recebido para publicação em 10/08/2017
Aceito para publicação em 30/08/2017